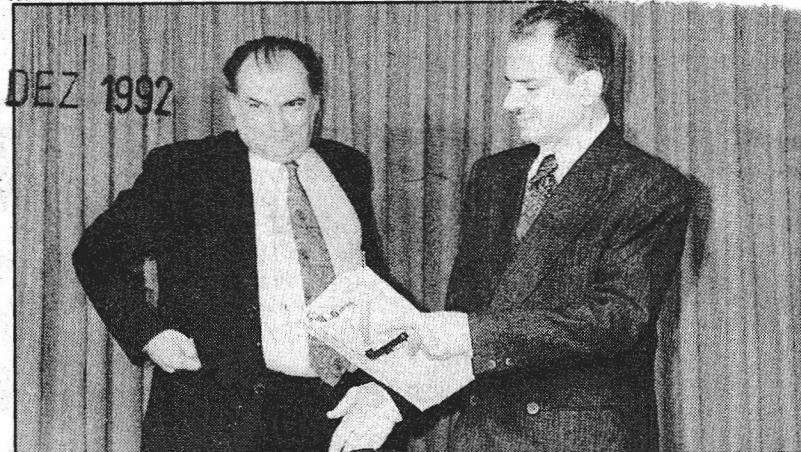


Congresso pode ser chamado a votar em janeiro

Os líderes partidários na Câmara dos Deputados definiram ontem em reunião com o presidente da Casa, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a pauta de emergência para votação até o final deste ano. O Congresso Nacional será autoconvocado até o dia 23 de dezembro para o julgamento do impeachment do presidente afastado, Fernando Collor, e a votação dos projetos prioritários.

As prioridades serão os projetos de reforma agrária, Advocacia Geral da União e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que já estão na Ordem do Dia da Câmara. Ontem, foram acrescentados à lista o projeto que trata dos sequestros e a nova política salarial, que deve ser enviado pelo Governo à Câmara até amanhã. Há, ainda, três projetos que dependem de deliberação do Senado para votação em segundo turno da Câmara: as normas para licitações públicas, o projeto de modernização dos portos e o que limita os gastos com o funcionalismo público.

ARNILDO SCHULZ



Os líderes Roberto Freire (E) e Pedro Simon: fixando prioridades

CORREIO BRAZILIENSE

O deputado Ibsen Pinheiro disse que vai fazer um apelo ao presidente do Senado, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), para acelerar as decisões. O projeto dos portos, por exemplo, está emperrado na Comissão de Assuntos Econômicos à espera de acordo, cujo desfecho do relatório do senador Afonso Camargo (PTB-PR) está previsto para hoje.

Ajuste — O projeto de ajuste fiscal deverá ser votado hoje na comissão especial. Ficou acertado, por uma sugestão inicial do líder do PSDB, deputado José Serra (SP), que um entendimento será buscado "de qualquer maneira". Os pontos que não puderem passar por um

acordo serão votados pelo plenário, em forma de destaque.

Amanhã, o Governo manda para a Câmara a proposta de política salarial. Segundo o líder do Governo, deputado Roberto Freire (PPS-PE), caso a matéria não seja votada este ano, o Congresso será convocado extraordinariamente em janeiro. Freire disse que a votação do ajuste fiscal não será fácil e também pode ficar para 1993. O líder do Governo no Senado Pedro Simon (PMDB-RS) não participou da reunião, mas acompanhou as decisões.

Os líderes deixaram para 1993 os projetos de reforma eleitoral e partidária, a lei de imprensa e outros 30 projetos